



Em seu processo de expansão global, em 2007, a OCDE abriu negociações para a adesão de mais cinco países, como o Chile a Rússia, e ampliou seu relacionamento com outros cinco importantes Estados emergentes para possível futura adesão – a África do Sul, o Brasil, a China, a Índia e a Indonésia.

A discussão sobre uma futura ascensão brasileira ao *membership* da instituição apresenta vantagens e entraves. De acordo com as discussões ministeriais que emergiram em 2007, a adesão poderia implicar em um abalo a liderança de nosso país junto a outras nações em desenvolvimento, principalmente em relação às questões do G20, na OMC, e ao apoio requerido para o alcance de uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Por outro lado, a busca por maior participação e representação em fóruns internacionais é um dos pilares característicos de nossa política externa nas últimas décadas, o que poderia ser alcançado com a entrada na OCDE.

O principal objetivo da Organização é fomentar a boa governança estatal e empresarial e proporcionar desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico por meio de cooperação institucional e política. Outros benefícios da adesão são o intercâmbio detalhado de políticas, conhecimentos e experiências que auxiliaram importantes avanços em outros países, seja no aumento do nível de emprego, na atração de investimentos, na inovação tecnológica, ou ainda na consolidação econômica no plano internacional.

O governo brasileiro afirma que na prática o país já participa dos comitês mais importantes da OCDE no quais tem interesse, de maneira que uma adesão completa a organização só implicaria em perda de autonomia sobre as políticas econômicas internas, além da necessidade de profundas reformas tanto fiscal como tributária. Tudo isso parece um alto custo que o governo não está disposto a assumir, ao menos no momento.

A questão da entrada do Brasil na OCDE está intrinsecamente ligada a um complexo debate econômico e político que precisa envolver não só o governo, mas também as empresas – grandes interessadas no que tange à tributação e competitividade -, a academia e toda a sociedade civil.

É preciso refletir sobre qual posição política o nosso país deseja assumir no cenário internacional: dar um passo adiante e entrar, mesmo que na retaguarda num primeiro momento, no 'clube dos ricos' - como também é chamada a OCDE -, ou manter-se como líder dos países emergentes e em desenvolvimento.



Nascida como parte do Plano Marshall de reconstrução da Europa, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1948, a Organização para a Cooperação Econômica Européia, foi estabelecida por seus 18 membros-fundadores, todos europeus, para promover a defesa do livre-comércio e da democracia.

Reformada e rebatizada, em 1961, de Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com a entrada de Estados Unidos e Canadá, a instituição já tem outros dez países em seu *membership*, entre eles o Japão, a Austrália, o México e a Hungria. Saiba mais sobre a **OCDE**: [www.oecd.org](http://www.oecd.org)

Os participantes do **Interacting Europe 2010** terão a oportunidade de participar de uma reunião na própria OCDE – Paris. Neste encontro, poderão entender melhor como funciona a participação brasileira na organização, além de debater as vantagens e entraves da adesão do país a Organização.

Embarque para a Europa em janeiro! E crie oportunidades (acadêmicas ou profissionais) com o desenvolvimento de uma rede de networking com essas instituições e contatos importantes no velho continente. Saiba mais sobre a Missão Acadêmica **Interacting Europe 2010** e veja o roteiro completo das instituições: [www.interactiontimes.com](http://www.interactiontimes.com)



Veja como se inscrever em nosso site:  
[www.interactiontimes.com](http://www.interactiontimes.com), ou entre em contato  
conosco pelo [contato@interactiontimes.com](mailto:contato@interactiontimes.com)  
ou pelo telefone (11) 2137 5731.